

EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DIALÓGICA

Simone Elisa Mai ¹
Sara Nunes ²

RESUMO

O presente artigo visa contribuir e fomentar as discussões acerca dos contextos e realidades da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Busca compreender se a Extensão realizada pelo *campus* Araquari do Instituto Federal Catarinense (IFC) se relaciona com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais na perspectiva da ação dialógica com a comunidade. Para tanto, são analisados os projetos de extensão realizados nos anos de 2022 e 2023, com editais internos do *campus*, com concessão de bolsa e sem concessão de bolsa. A contribuição da relação dialógica diz respeito à prática educativa como construção de conhecimento e de competência para aplicá-lo. A pesquisa é de natureza qualitativa, elaborada a partir de levantamento bibliográfico e documental, analisa dados empíricos, pela Análise de Conteúdo, de projetos de Extensão nos anos de 2022 e 2023. Para a compreensão inicial, com base nas Diretrizes da Extensão do IFC, foi possível levantar três categorias para a discussão: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os resultados parciais deste trabalho apontam que existe relação das categorias estudadas com os projetos, predominantemente, com índice de relacionamento baixo. Não há menção dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais nos projetos analisados.

Palavras-chave: Extensão, Pesquisa, Ensino, Dialógica, EPT.

INTRODUÇÃO

A extensão é uma prática das universidades brasileiras angariada no princípio de elaborar relações com a sociedade. A extensão universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, como educação continuada, destinada aos adultos que não tinham acesso à universidade (Gadotti, 2017). No Brasil, embora a primeira instituição com caráter de universidade a se efetivar, foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, (Neves; Pronko, 2008), a extensão indissociável do ensino e da pesquisa, como se entende hoje, tomou corpo na década de 1960 “quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos” (Gadotti, 2017, p.1). A lei magna de 1988, em seu artigo 207, referendou a extensão universitária,

¹ Licenciada em Pedagogia (UNIASSELVI). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal Catarinense (IFC), Araquari, Santa Catarina, Brasil. E-mail: simone.mai@ifc.edu.br

² Doutora em História (UFSC). Docente Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal Catarinense (IFC), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: sara.nunes@ifc.edu.br

juntamente com o ensino e a pesquisa como pilares da vida acadêmica (Brasil, 1988). De certa forma, ainda recente, a extensão passou a ser exigência legal, com a Resolução nº 7 de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), como componentes curriculares obrigatórios (Brasil, 2018).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados em 2008, por meio da Lei 11.892, como instituições de educação superior, básica e profissional, especializadas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Brasil, 2008). O Instituto Federal Catarinense (IFC) é uma dessas instituições e nasceu da integração das escolas agrotécnicas e dos colégios agrícolas. Desta integração, surgiram 15 *campi*, dos quais um deles é o *campus* Araquari, localizado na região nordeste de Santa Catarina, foco desta pesquisa. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. A Lei 11.892/2008 incorporou a extensão à EPT nos Institutos Federais, com delineamentos iguais aos das universidades. Porém, a EPT, especificamente na Rede Federal de Educação apresenta especificidades que demandam a necessidade de compreender seus significados, desafios e as suas potencialidades. Oliveira e Costa (2022) apontam a importância de compreender a extensão enquanto prática educativa que se articula e dialoga com os segmentos sociais, como um processo recíproco de conhecimento.

A extensão enquanto prática educativa, pensada dentro de um processo é capaz de levar os sujeitos a participarem criticamente da sociedade, desenvolvendo capacidade a partir de sua visão de mundo, interpretando acontecimentos a sua volta e atuando no sentido de melhorar a sua realidade. Para tanto, o eixo orientador das atividades de extensão deve partir dos problemas suscitados pela comunidade advindas das necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais. Isso significa que as ações de extensão devem ser pensadas para a solução de problemas que afetam a sociedade, em especial os arranjos produtivos locais.

Segundo Silva (2021) arranjos produtivos locais correspondem ao conceito utilizado para caracterizar determinados tipos de concepção de empresas em uma mesma localidade e associados ao mesmo tipo de atividade produtiva. A compreensão dos Institutos Federais contempla os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, pois

estende às relações sociais e culturais que envolvem os atores locais, valorizando a diversidade, a identidade, a participação e a cidadania (Forproext, 2012).

A Lei 11.892 de 2008 dispõe que a EPT, enquanto modalidade, perpassa todos os níveis da educação, integrando-se às demais com vistas às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia (Brasil, 2008). A sua oferta formativa, deve ser orientada para beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, assim, um dos seus objetivos é o desenvolvimento da extensão, articulada com o mundo do trabalho e os segmentos sociais. Neste sentido, a extensão é entendida como uma prática educativa que supera a perspectiva da educação bancária apontada por Freire (2011), pois é um lugar de encontro de sujeitos, (...) “em que as pessoas implicadas a ação de extensão estão dispostas e abertas uma à outra, esforçando-se em conceber e instituir esse momento como um ato dialógico de comunicação, que se dá no e é mediado pelo mundo concreto” (Araujo; Cruz, 2022, p.2).

Ademais, a Rede Federal de EPT, instituída em 2008, se configurou tendo na comunidade o seu *locus* e na pesquisa aplicada um princípio educativo com ênfase ao atendimento dos Arranjos Produtivos, Sociais Locais e Culturais Locais. Isto implica dizer que, a Rede Federal de EPT parte da comunidade com vistas a contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores da sociedade local. Neste olhar, cabe a extensão atuar sobre os problemas suscitados pelas necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais, dentro das singularidades de cada região. A extensão é um espaço de conhecimento e de reconhecimento de saberes populares, a força motriz capaz de ressignificar e reconstruir o conhecimento dialeticamente.

Neste contexto, foi desenvolvida essa pesquisa, de natureza aplicada, abordagem qualitativa, com coleta bibliográfica e documental, que objetiva compreender se os projetos de Extensão do *campus* Araquari estão alinhados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e se são realizados na perspectiva dialógica com a comunidade.³ Parte das análises sistematizadas e dos resultados obtidos pela pesquisa documental são apresentadas neste artigo. O cenário da pesquisa foi o IFC *campus* Araquari por se tratar do local em que a pesquisadora atua profissionalmente e pelo envolvimento com o tema Extensão.

³ Este estudo é o resultado parcial da pesquisa que está em andamento no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em rede (ProfEPT) no Instituto Federal Catarinense (IFC) *campus* Blumenau (SC).

METODOLOGIA

Para este trabalho, buscamos conduzir a discussão a partir de uma pesquisa exploratória, tendo em vista que o objetivo é a “formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 188). Quanto à sua abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31). O procedimento técnico utilizado é o levantamento bibliográfico, documental e legal, pois realizou-se a consulta de materiais já elaborados como leis, resoluções, livros e artigos científicos (Gil, 2002). O objetivo da pesquisa é responder à pergunta “Os projetos de Extensão do *campus* Araquari estão alinhados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e são realizados na perspectiva dialógica com a comunidade? O *locus* da pesquisa é o IFC *campus* Araquari, localizado na região nordeste de Santa Catarina.

A análise documental realizou o levantamento dos projetos de extensão acessados via SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (sistema oficial do IFC ao qual os projetos de extensão precisam ser submetidos, analisados e aprovados). Esta investigação se debruçou nos editais: 13/2021 GAB-ARAQ (com fomento); 14/2021 GAB-ARAQ (sem fomento); 17/2022 GAB-ARAQ (com fomento) e 18/2022 GAB-ARAQ (sem fomento) e como resultado obtivemos 21 projetos de extensão com e sem concessão de bolsa.⁴ Ainda, em acordo com a perspectiva de observar a relação dos projetos de extensão aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, foram analisados os editais acima descritos, além dos resumos, justificativas e a metodologias dos 21 projetos. Com base nesta realidade, incluímos, nos caminhos do método, a análise de conteúdo para analisar os 21 projetos e estabelecer quantitativamente graus de relacionamento entre os projetos e as categorias temáticas de análise conforme proposto

⁴ Bolsa de Extensão: recursos disponibilizados provenientes do orçamento do *campus* e gerenciados pela coordenação de Extensão com o objetivo de estimular a participação dos estudantes nos projetos de Extensão através de auxílio financeiro na forma de bolsa. A jornada de atividade semanal do bolsista deve ser de, 8 h à 10h, para estudantes técnico/médio, e de, 10h à 15h, para estudantes de graduação; Quanto ao custeio: Estudante de curso técnico/médio R\$400,00; Estudante graduação R\$700,00 segundo Portaria nº 19/2023 SETEC.

por Bardin (1977) empregada no estudo das “motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (Bardin, 1977, p. 106).

Para compreender como se dão as relações dialógicas nos projetos de extensão, foram estabelecidas três categorias temáticas principais, fundamentais nas Diretrizes da Extensão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Rede Federal: 1. Interação Dialógica; 2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 3. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Estas categorias temáticas foram escolhidas por serem a base da metodologia preconizada pela instituição para suas atividades de extensão. A análise dos 21 projetos foi organizada com arquivos individualizados contendo resumo, justificativa e metodologia de cada projeto, denominados P01, P02, e assim por diante.

Foram estabelecidos índices para evidenciar graus de aproximação entre as categorias temáticas e os projetos: alta (a categoria está explícita em um ou mais trechos do projeto); média (identifica-se citações no projeto relacionadas a categoria, mas não há clareza nessas relações); baixa (não identifica-se citações diretas no projeto, mas observa-se elementos que dão indícios de relacionamentos entre a categoria indicada e o projeto analisado); e inexistente (não identifica-se elementos diretos ou indícios de relacionamentos entre a categoria e o exposto no projeto).

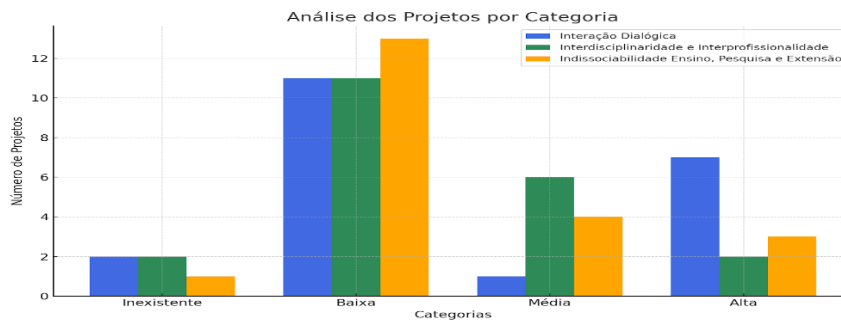
Os graus de relacionamento foram substituídos pelos valores: alta - (3); média - (2); baixa (1) e inexistente (0). Deste modo, visualizou-se quantitativamente os graus de aproximação entre cada projeto, com cada uma das categorias. Em cada um dos arquivos, foram feitos destaques coloridos e apontamentos para relacionar as categorias. Ao final, os valores foram somados e os cinco projetos com as pontuações mais altas seguiram selecionados para a etapa de entrevista semiestruturada, por refletir os maiores índices de aproximação geral com as categorias deste estudo. A metodologia de análise de conteúdo, baseada nas três categorias principais, permitiu uma avaliação sistemática dos projetos de extensão, identificando aqueles que incorporam de modo evidente a Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, e a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Discorre-se sobre as três categorias temáticas de análise: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa

e Extensão relacionando trechos dos projetos que as incorporam de forma mais evidente e o referencial teórico.

Gráfico 1



Fonte: a autora

Categoria Temática 1. Interação Dialógica: na visão de Freire (1996) “a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade. Dialogar é, portanto, uma exigência existencial [...] se a educação é verdadeira, ela se faz através de um processo contínuo de indagação, investigação e descoberta”. Como exemplo, trouxemos um trecho de um dos 21 projetos analisados no qual a categoria interação dialógica é explicitamente mencionada e aplicada: “A proposta inclui o preparo das plantas da forma relatada pelas comunidades e também uma prática nos laboratórios do IFC – Campus Araquari transpondo esses conhecimentos ancestrais para produção de conhecimento científico através de métodos químicos de extração com a participação de estudantes do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio”. Pode-se visualizar que a comunidade foi consultada e a partir dos seus saberes o projeto foi criado e desenvolvido.

Conforme o gráfico 1, em sete (33,3%) dos 21 projetos, a interação dialógica é explicitamente mencionada e aplicada como exemplificado acima. Em três (14,29%) indica a presença moderada; em nove (42,86%), é observada de forma limitada, com baixa interação dialógica e dois deles (9,52%) sem evidência da categoria. Nesse sentido, a análise específica revela que a dialogicidade não está sendo aplicada de maneira plena e eficaz. Isso não significa dizer que, não há diálogos propriamente ditos nas ações de extensão e sim, que carecemos da dialogicidade que se caracteriza na perspectiva da relação transformadora entre o IFC e a comunidade, ou seja, na aproximação, na ação-reflexão-ação conforme proposto por Freire.

Categoria Temática 2: Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: Freire (1967) enfatiza a necessidade de uma educação que transcenda a fragmentação do conhecimento e promova uma abordagem holística e crítica do aprendizado. Ele defende a educação como uma prática de liberdade, onde o diálogo, a colaboração e a integração de saberes deve ser um processo de conscientização, onde os participantes se envolvem criticamente com a realidade para transformá-la. Como exemplo, trouxemos um trecho de um dos 21 projetos no qual a categoria Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade é explicitamente mencionada e aplicada: *“Pretende-se trabalhar aspectos e demandas culturais, educativas e ambientais que envolvem as comunidades em questão por meio de três trilhas dentro do coletivo a saber: Trilha de Cultura Ambiental[...]; Trilha de comunicação e formação[...]; Trilha de ações pedagógicas [...]”*.

A abordagem Interdisciplinar e Interprofissional na Educação Profissional e Tecnológica busca combinar a formação técnica considerando a complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais envolvidos nas ações de extensão, bem como dos próprios objetivos e objetos dessas ações. Tal abordagem visa conferir às ações de extensão uma consistência teórica e operacional essencial para sua efetividade. A análise geral com base nesta categoria apontou que em dois (9,52%) dos 21 projetos a interdisciplinaridade e Interprofissionalidade ficou implícita. Em oito (38,10%) indica a presença moderada; em nove (42,86%) com baixa Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e dois (9,52%) sem evidência da categoria. Conforme Bardin (2011, p. 137), "é pela presença, ou ausência, das unidades de registro, que se verificam os indícios de sentido que possibilitam a compreensão do fenômeno estudado." A variabilidade significativa na aplicação desta categoria indica que, embora haja um reconhecimento da sua importância, a sua prática ainda não é totalmente consistente.

Categoria Temática 3: Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão: um dos princípios fundamentais à promoção de uma educação crítica e emancipadora reside na Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, dito em outras palavras “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 25). Segue um trecho de um dos 21 projetos no qual a categoria foi explicitada: *“Tendo em vista a importância da aproximação dos discentes das comunidades locais, vivenciando a profissão na prática [...] a extensão [...] pode ser o gatilho para a visualização dos problemas daquela comunidade, os quais podem ser*

discutidos na sala de aula, definindo-se assim uma via de mão-dupla onde todos são beneficiados pela integração”.

Para que as ações de extensão sejam verdadeiramente eficazes, elas devem estar interligadas com o ensino e a pesquisa. No contexto da relação entre extensão e ensino, a ênfase está em tornar os estudantes protagonistas de sua formação, tanto técnica quanto cidadã. A análise específica sobre a categoria indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão aponta que não houve indícios de relacionamento desta categoria em um (4,8%) dos 21 projetos analisados. Em treze deles, (61,9%) não se fez presente de forma direta, mas existem elementos que dão indícios de relacionamentos entre a categoria Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em três (14,3%) dos projetos, a categoria está implícita. Neste cenário, fundamentados nos princípios de Bardin (2011), concluímos que, embora existam indícios de práticas integradas, ainda há um longo caminho a percorrer para que a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão seja plenamente incorporada e explicitada nos projetos de extensão do IFC Araquari.

No que tange ao alinhamento dos 21 projetos aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, não foi identificada nenhuma menção nos editais 13/2021 GAB-ARAQ; 14/2021 GAB-ARAQ; 17/2022 GAB-ARAQ e 18/2022 GAB-ARAQ que nortearam os projetos realizados entre os anos de 2022 e 2023. A análise dos resumos, metodologia e justificativas dos 21 projetos também não apontou nenhuma relação. Neste sentido, subentende-se que os projetos são realizados com base em motivações advindas de canais distintos, mas não explicita o canal de diálogo entre a instituição e os segmentos que a compõem com base nas atividades produtivas. Por outro lado, não descarta a possibilidade de atender relações sociais e culturais que envolvem os atores locais.

Diante do exposto, a pesquisa não esgota o tema, pelo contrário, abre para a possibilidade de aprofundamento. Isto porque conforme a Lei que institui a Rede Federal, os IFs fazem parte de uma política de expansão e interiorização com vistas a atender as regiões distantes dos centros urbanos. Ao se instalar na localidade de Araquari, no antigo Colégio Agrícola Carlos Gomes, o então IFC Araquari foi chamado a conhecer as características daquela região com vistas em um movimento de interação entre o poder público e a sociedade, comprometido com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais (PDI 2024-2028).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão é uma prática educativa que busca integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade dentro de uma perspectiva interdisciplinar que permite a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para resolver problemas concretos. Porém, a assimilação e compreensão se torna complexa. A extensão enquanto prática educativa, essência dos IFs está diretamente implicada no desenvolvimento da formação cidadã, pois ao conhecer e confrontar-se com realidades específicas o estudante entra no processo de produção de conhecimento ao qual é instigado a refletir sobre a realidade. Como nos fala Jezine (2004) a institucionalização da extensão exige uma intensa articulação interna e externa. Além de projetos políticos pedagógicos de curso onde de fato, a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa se materializam. Refletidas em parcerias interinstitucionais e integração dos agentes sociais nos projetos de extensão. Neste sentido, cabe à instituição desenvolver mecanismos e delimitar os caminhos que possam levá-la a compreender e assimilar a extensão cidadã pensada para os IFs, de forma a concretizá-la. Isso vai além da curricularização proposta no papel. Implica articular a extensão, o ensino, e a pesquisa proporcionando a participação efetiva dos estudantes e da comunidade com base em um canal de diálogo entre a instituição e os segmentos que a compõem.

Para isso, os servidores devem ser incentivados a trabalhar de forma colaborativa e multidisciplinar e a formação continuada é imprescindível para desenvolver tais competências. A construção de parcerias institucionais com outras instituições de ensino, governamentais, ONGs, o incentivo à participação da comunidade, a política de financiamento e apoio às coordenações de extensão também se fazem pertinentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renan Soares; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Extensão Popular: trabalho social que se dá com base no encontro humano, no diálogo com o outro e na imersão crítica na realidade.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, Edição Especial, p. 1-8, out. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Portugal: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

FORPROEXT. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou cargos equivalentes das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá: Conif, 2012. Disponível em : https://www3.unicentro.br/proec/wp-content/uploads/sites/73/2020/02/Extensao_Tecnologica_Forproext_2012.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 5-15, jan./abr. 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFC. Instituto Federal Catarinense. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028**./ Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Comissão Central do PDI 2024-2028. Blumenau, SC, 2023. Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2024/01/Resolucao-03.2024-IFC-Aprova-PDI-2024-2028-Anexo.pdf> Acesso em: out. 2024.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: out. 2024.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MEC. **Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC/CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em: 14 set. 2024.

OLIVEIRA, J. P. de; COSTA, L. C. Desenvolvimento de projetos em educação para a cidadania - o caso do programa de apoio à extensão do IFRN. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, 2018.

SERRANO, Maria Souto Maior. **Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, R. G.; MARTINELLI, D. P.. Clusters and Factors that Form the Dimensions of Local Development. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 96, p. 9–33, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/4TmGShb5Bwq37JY3BsKVdRt/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 11 out. 2024.

NEVES, L. M. W; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.